

Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República

André Rosemberg¹

Resumo: Este texto aborda como a polícia (e principalmente os policiais) no Rio de Janeiro e em São Paulo foram representados no Império e na Primeira República em obras literárias, teatrais, crônicas e na imprensa humorística do período. Trata-se de uma maneira de apresentar, a partir de um prisma subaproveitado pela historiografia do gênero, aspectos da relação entre o público e os policiais que extrapolem o binômio violência-resistência.

Palavras-chaves: Polícia, representação, controle social

Abstract: This article shows how the police (but mainly police agents) in Rio de Janeiro and São Paulo have been represented within the Empire and the First Republic. The study contemplates the analysis of literature, plays, chronicles and the humoristic press of the period. This text suggests an alternative to present, through a prism underestimated by police historiography, features of the relation between police agents and the constituency that overcome the paradigm of violence-resistance

Key-words: Police, representation, social control

*A reforma da polícia
ontem foi muito falada
e a manobra, que delícia!
como foi executada
E o Zé-povo já começa
a toda gente indagar:
que reforma então é essa?
como irá isso acabar?
Há quem se julga saber
que a polícia, desta vez,
terá mesmo de aprender
um bocado de francês
Há também quem se abalança
a afirmar alto e bom som,
que ela vai aprender dança
e a marcar um cotillon
Quando bater num sujeito
que na rua faça trica,
baterá com muito jeito,
e com luva de pelica.
Vai a polícia ficar
um encanto, uma beleza,
que até vontade há de dar
de tê-la sobre a mesa
(A Platéia, 1906, apud FERNANDES, 1974 : 158, 159)*

Os versos que abrem esse artigo, publicados num jornal satírico em 1906, saudaram com irreverência a chegada da Missão Francesa em São Paulo, contratada pelo governo paulista para treinar e adestrar sua Força Pública, em junho daquele mesmo ano. A vinda de uma instrução estrangeira visava a marcar a força econômica e a autonomia administrativa de São Paulo *vis-à-vis* o governo federal, num período de tensa acomodação política.

Durante toda a Primeira República, a “locomotiva da nação” (LOVE, 1982) tentou confirmar seus interesses econômicos e sua primazia política apoiado na instituição de uma polícia extremamente militarizada, um verdadeiro “exército paulista”, que fosse capaz de suplantar em destreza, preparo, tamanho do efetivo e logística até mesmo as forças armadas nacionais (FERNANDES, 1974; DALLARI, 1977; CARVALHO, 2001).

Em 1905, o governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá, antecipava essa nascente situação, ao localizar o novo lugar da Força Pública. Considerava-a uma

polícia sem política e, portanto, imparcial; remunerada e, por conseqüência, podendo aplicar toda a sua atividade à prevenção e repressão dos delitos; com competência profissional, isto é, com conhecimentos especiais de direito e de processo indispensáveis em quem tem de garantir e assegurar a liberdade, a honra, a vida e a propriedade (...) Além disso, estranhos à localidade onde trabalham os seus representantes são removidos ou demitidos sem abalo para a vida pública. (apud FERNANDES, 1974 : 149)

A chegada de uma Missão Francesa, em 1906, é apenas o aspecto mais saliente dessas transformações. Outras mudanças escortaram a arribada dos oficiais de Paul Balagny – coronel do Exército francês responsável pela instrução –; medidas que convergiram para a profissionalização da corporação, cuidando, de um lado, da instrução geral e do treinamento de praças e oficiais, fomentando o desenvolvimento e a concentração de um *savoir faire* especializado e exclusivo do policial, alheio à população em geral; e, de outro, que visavam a desenvolver e estreitar laços de solidariedade corporativa entre os soldados – enfim, um *esprit de corps* urdido e tutelado pela cúpula administrativa, incutindo no policial disciplina, apego corporativo e orgulho de pertencimento.

Entretanto, a presença dos militares franceses e a adoção de uma nova metodologia de treinamento para a Força Pública de São Paulo foram um prato cheio para a verve galhofeira da imprensa e dos opositores da medida. Afinal, o contraste entre a “modernidade” dos novos sistemas empregados de supetão e a “tradição” desleixada da polícia militar paulista era patente, e não deixava de ser um espetáculo derrisório para aqueles que conviviam nas ruas,

praças e tavernas, *coude-à-coude*, com as praças que, do dia para a noite, passaram a atender comandos em francês (ROSEMBERG, 2008):

Um oficial francês instruindo um soldado de polícia:

– *À la gauche!*

O soldado estupefato:

– *Que gancho, seu tenente?*

– *Eh, bien à la droite!*

– *Aladroadado não senhor, seu tenente,*

si V.S. pegá nos insultá eu arrequeiro bacha.

Veja lá como fala, ‘monsiú’.

(*apud* ANDRADE e CÂMARA, 1931: 52)

No espaço entre o luzidio do discurso oficial, que consagra uma nova polícia profissional, imparcial e indefectível e a troça popularesca há uma lacuna abissal, que se situa no terreno da representação, isto é, a maneira como os atores sociais se auto-definem e são definidos por aqueles com quem interagem.²

Jean-Noël Luc, historiador pioneiro da *gendarmérie* francesa, aponta que “como todo o grupo profissional, os *gendarmes* se definem também por sua cultura, pelas imagens com as quais se apresentam e por aquelas que lhes enviam seus concidadãos” (LUC, 2003 : 7). Essa apresentação de mão-dupla, construída de dentro para fora e de fora para dentro, reveste-se, no primeiro caso, dos discursos e imagens auto-representativas, nos quais podem ser incluídas as falas oficiais, os regulamentos, as leis, manuais, revistas, imprensa associativa, somados àqueles símbolos que diferenciam a instituição e que a fazem reconhecível pelo público: uniforme, emblemas, repertório musical, medalhas (Cf. DIEU, 1993). No segundo caso, o itinerário passa por um sem-número de imagens produzidas pelos administrados, em seus vários suportes possíveis, a respeito da instituição: textos literários, caricaturas, canções, artigos de jornal, cartazes, filmes...

Neste artigo, a partir da análise não-exaustiva de alguns instrumentos disponíveis, pretendemos mostrar como se articulavam as representações *da* polícia e *sobre* a polícia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o Império e a Primeira República. Trata-se de um outro propósito deste texto ressaltar uma outra face da relação da polícia com o público, que muitas vezes é tratada pela literatura especializada como sendo naturalmente mediada pela violência e pela repressão.³ Uma apreciação mais aguçada de aspectos da representação do público sobre a polícia (e principalmente sobre os policiais) ajuda a matizar o caráter acríptico desse ponto-de-vista tradicional que, uma vez tomado como truísmo e entronizado sem

qualquer problematização contextual, faz prescindir a própria história da instituição (BRETAS, 1995).

Claro que não se tem intenção de edulcorar o encontro entre público e polícia, que no mínimo é sempre potencialmente mediado pela autoridade inerente ao policial (BITTNER, 2003 e 2003a), mesmo que, na maioria das interações, um resultado efetivamente violento seja insueto (MUIR, 1977; BRODEUR, 2003; WADDINGTON, 1999).

Devido sua própria função social, o policial representa hoje, e representava durante o período retratado, o poder de punir, de prender, de ofender. Por isso muitas vezes era mal quisto entre os populares, motivo de troça, de apupos e, muitas vezes, de socos, pontapés e tiros. “Sou guarda urbano, pelas ruas vago, de espada à cinta, por não ter emprego. E os transeuntes, quando eu vou passando, dizem rosnando: sai daqui ‘morcego’”, estribilhava uma modinha popular do fim do século XIX (*apud* ANDRADE e CÂMARA, 1931 : 24). Mas também era desafogo. Mediador eleito de disputas cotidianas, sem fazer rogo, o policial tomava partido de um lado a outro de acordo com as conveniências. Intervinha em brigas de vizinhos, resolvia disputas sobre o uso do espaço público, aliviava uma rixa, evitava linchamento de estupradores, podia, inclusive, nos anos finais da escravidão, acoitar um escravo fugido longe de seu senhor (ROSEMBERG, 2008).

No limiar dessas experiências contrastantes, perpassava um fio em comum – o contato com a população e a tensão e a imprevisibilidade desse encontro. Servindo como representantes de uma ordem alheia e impessoal não raro em contraste aos códigos consuetudinários de convívio, os policiais sofriam na pele as conseqüências dessa intromissão, muitas vezes considerada abusiva, afinal eram os instrumentos mais destacados dessa força universalizante e abstrata que visava a regular e retificar hábitos tradicionais, afrontando a essência do privatismo que perpassava as relações pessoais na sociedade imperial. Mas uma interpretação sem nuances da relação polícia/público pressupõe uma carga exagerada de adesão dos policiais às normas, aos valores e à disciplina, imposta de cima abaixo, desprezando-se além dos próprios limites institucionais, os desvios de discricionariedade, de necessidades pessoais, de origem, de pertencimento e de reconhecimento social, que, ao fim e ao cabo, influenciavam sua resposta frente uma situação específica (BRETAS, 1997). Nessas ocasiões, as contendas envolviam os policiais, não mais como agentes da ordem ou como meros instrumentos de dominação, mas sim como atores sociais cujos interesses ora se contrapunham ora se aliavam aos interesses de terceiros. É essa

mixórdia de sentimentos provocados pela polícia que transpassa para o nível simbólico da representação.

O policial representado

À primeira vista, parece que o policial não é um personagem sedutor para artistas, cronistas e escritores brasileiros. Não obstante essa lacuna, o tema presta-se a riquíssimas incursões, principalmente na seara picaresca, em que a autoridade do policial é desafiada pela derrisão e pela caçoada. Na França, por exemplo, há um repertório saboroso na literatura, na poesia, no teatro e no cancionero que colocam os *gendarmes* sob os holofotes.⁴ Principalmente no século XIX, há uma plêiade de obras literárias e musicais que os “reverenciam” para gáudio popular. Ora o policial aparece transfigurado em marionetes que só apanham, eternizados no teatro de Guignol (LIGNEREUX, 2003); travestido na pele do herói, na de um esbirro crápula: o cruel Rengade, de Émile Zola (ZOLA, 1960); ou fazendo as vezes de um primitivo, mas inofensivo, bajulador, a exemplo do que ocorre com a canção de Gustave Nadaud, criada em 1852, que transformou o sabujo Pandore em sinónimo de *gendarme* (WEBER, 1992; LIGNEREUX, 2004)⁵:

*Deux gendarmes, un beau dimanche,
chevauchaient le long d'un sentier;
l'un portait la sardine blanche;
l'autre le jaune beaudrier.
Le premier dit d'un ton sonore:
'Le temps est beau pour la saison'.
– Brigadier, répondit Pandore,
Brigadier, vous avez raison!* (NADAU, 2003)

É verdade que na literatura do Império e dos últimos anos do Oitocentos, encontram-se algumas referências a policiais, ligadas, na maioria das vezes, à realidade urbana do Rio de Janeiro. Talvez a mais célebre seja a de Manoel Antonio de Almeida, que transformou o Major Vidigal, chefe da Guarda Real daquela cidade durante o reinado de Don João, em personagem caricato, um retrato burlesco da autoridade e da ordem pública. Descreve-o assim o autor: o Vidigal, “rei absoluto, o árbitro supremo” era “um homem alto, não muito gordo, cor ares de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz descansada e adocicada”. (ALMEIDA, 1992 : 24)⁶

A imagem ambígua do agente da lei, sintetizada por Vidigal, e mesmo por Leonardo, o protagonista do romance, que se torna, ele próprio, um sargento de milícias, constantemente

basculado entre a ordem e a burla, entre o arbítrio e a boçalidade, metido até os ossos entre aqueles que deveria controlar, foi sempre um prato cheio para a imprensa satírica.

No mesmo sentido, os desenhos reproduzidos pelo pasquim sardônico paulista *Diabo Coxo*, ainda na década de 1860, são exemplares em ilustrar essa dinâmica: um deles representa a convivência estreita entre agentes da lei e criminosos; o outro simboliza a desídia endêmica dos policiais. O policial refestelado em uma taverna, tomando um trago espirituoso em companhia dos galés, e, no rosto, uma grimaça safá estampada, desvela o sentido mais cínico da representação do policial para a população: a indiferenciação entre os representantes da lei e seus detratores, sentimento exarado nas desventuras narradas por Almeida. O lado em que se está se torna uma questão de contingência e de conveniência. Para piorar, quando não estavam em meio à marginália, as praças sopitavam despreocupadamente em hora de serviço, fazendo ouvidos moucos à má sina do cidadão.

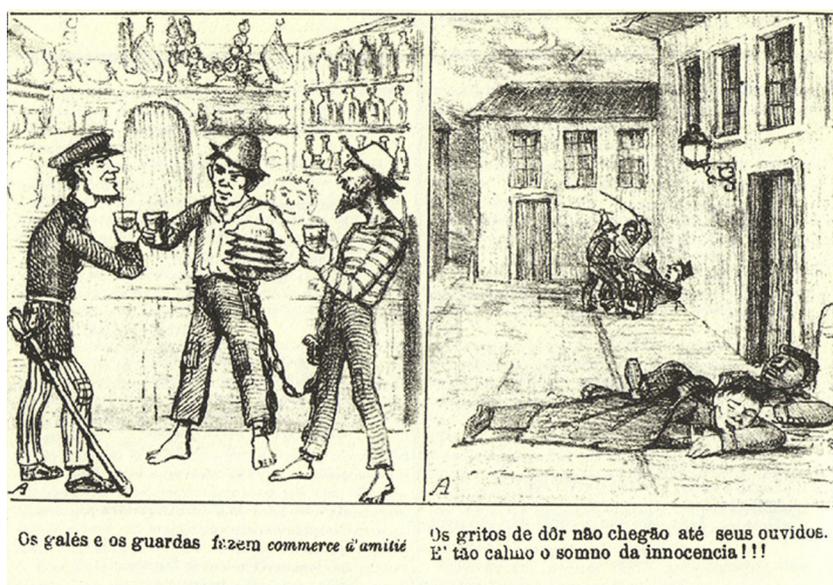


Fig 1

Essa imagem transpassa o humor escrachado e ganha um registro consternado na documentação produzida pela polícia paulista, conforme relatava o presidente da província ao chefe de polícia paulista em 1879.

Tenho observado por mais de uma vez os abusos a que dá lugar à prática de encarregar-se aos condenados à pena de galés o serviço de abastecimento de água e limpeza das repartições civis e militares desta capital. Esse serviço que não é certamente o trabalho público a que o art. 44 do Código Criminal sujeita os réus por tais condenações, proporciona-lhes constantes passeios pelas ruas da cidade, vigiados por praças de polícia ou de linha que, fazendo-

se seus companheiros com eles tomam bebidas alcoólicas nas tavernas e folgam nos cortiços para esse fim alugados, escrevia um desalentado presidente da província.⁷

Aliás, nos arquivos policiais, receptáculos da comunicação entre o público e a instituição, as representações galhofeiras adquirem feições “sérias”, vez que são materializadas em fontes oficiais. Um exemplário extenso do diálogo entre a população e a polícia é encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, que guarda o grosso da documentação policial paulista.⁸ Na maioria das vezes, os arquivos vêm a corroborar por outras vias as cores ora derrisórias ora constrangidas com as quais se costumava representar a polícia na imprensa, na crônica e na literatura.⁹

Comumente, as reclamações dos administrados contra os procedimentos policiais, principalmente no que toca as praças mais rasas, cujo contato com o público era mais freqüente, se assemelhavam a prestada por Jacque Ressente, comerciante em Penha de França, que se queixou do procedimento da praça do Corpo Policial Permanente, instituição que precedeu a Força Pública, F. de Tal Carvalho, ao informar que

*ontem às 20:30, pegou a provocar aquelas pessoas que nada lhe tinham feito (...) Por isso venho à presença de V. Exa. apresentar minhas queixas para que essa praça seja punida por que elas são para fazer manter a boa ordem e não serem as que provocam desordens.*¹⁰

Em outra ocasião, uma carta de Maria Antonia Dias Coelho relatou o procedimento inadequado de um guarda da Companhia de Urbanos, que durante o Império foi incumbida do policiamento da capital. Vale dizer que, na teoria, os guardas urbanos espelhavam o ideal de modernidade com o qual se pretendia adornar a cidade de São Paulo, que naquele período assistia à velocidade do progresso – dos bondes, das gares ferroviárias, do saneamento incipiente, das novidades científicas – ser atravancada pelo ritmo moroso dos carros de boi e pela pertinácia de costumes arcaicos. (DIAS, 1984; FREHSE, 2005) Mas voltando à missiva de Maria Antonia, ela relatava que

achando-se a abaixo-assinada em sua casa tranqüilamente na janela, quando passou o guarda (...) Antonio Bento Moraes e um companheiro à paisana e disseram tantos insultos que me seria vergonhoso escrever.

Não satisfeita com a reclamação, Maria Antonia ainda ousava a ensinar o Padre Nosso ao vigário, prescrevendo qual a atitude esperada de um policial:

Como devem ser eles que têm obrigação de manterem a ordem e respeitarem o público, mormente as pessoas que estão em sua casa tranqüilamente e não procuram desordem, levo ao conhecimento de V. Exa. para providenciar

sobre o abuso desse guarda, que abusando da farda que ocupa e da falta de educação vem insultar pessoas que não fizeram mal algum.¹¹

Num outro contexto histórico e geográfico, mas retinindo a mesma temática, a imprensa satírica carioca da Primeira República (*O Malho* e *Fon-Fon*) faz do policial “moderno” um prato cheio para as blagues sociais. Quando não dá vezo à boçalidade irrevogável, indisfarçável mesmo envernizada pelo fardamento novo e galhardo, não se roga a meter-se impropriamente com o zé-povinho.¹²



Fig 2



Fig 3

Voltando ao campo literário, Martins Pena também é pródigo nas alusões a figuras ligadas ao mundo da lei e da ordem, como na célebre *O juiz de paz na roça*, escrita provavelmente em 1833. Em *O ciúme de um pedestre* (ou *O terrível capitão do mato*)¹³, de 1845, o dramaturgo faz referência direta a um personagem policial (PENA, 1973). Na peça, uma alegoria de *Otelo*, de Shakespeare, um pedestre trancafia mulher e filha em casa para evitar o assédio de sedutores, enquanto sai à cata de escravos fugidos. Obviamente, no fim das peripécias, seu zelo exagerado faz-se baldado. O arbítrio, o temor e uma ingenuidade meio alvar que sua figura inspirava são reproduzidos pela fala de Paulino, o amante de sua mulher, quando se dá conta de que o policial também fora vítima da astúcia do amante de sua filha: “*Se eu não estivesse com tanto medo, ria-me do logro que levou o pedestre*”. Em outra passagem, sua condição social é debicada pelo sogro, que retorna ao Rio de Janeiro após 18 anos de ausência e só então descobre o fado de sua filha: “[Casou-se] *com um pedestre! Exclamei eu. Mas não importa. Se esse homem a tem feito feliz, se na pobreza a que seu estado o condena tem suavizado a sua sorte com os dotes de alma (...)*”. (PENA, 1973 : 120)

Aluísio Azevedo, por sua vez, também dá realce a um personagem policial. Mesmo que timidamente, em meio à caterva que habitava seu *O cortiço*, publicado em 1890, ele nos introduz Alexandre, guarda de polícia. Ele é apresentado como o marido da lavadeira Augusta Carne-Mole e debuta no romance com a seguinte descrição:

Um mulato de quarenta anos, soldado de policia, pernóstico, de grande bigode preto, queixo sempre escanhoado e um luxo de calças brancas engomadas e botões limpos na farda, quando estava de serviço (...) Alexandre, em casa, à hora de descanso, nos seus chinelos e na sua camisa desabotoada, era muito chão com os companheiros de estalagem, conversava, ria e brincava, mas envergando o uniforme, encerando o bigode e empunhando a sua chibata, com que tinha o costume de fustigar as calças de brim, ninguém mais lhe via os dentes e então a todos falava teso e por cima do ombro. A mulher, a quem ele só dava tu quando não estava fardado, era de uma honestidade proverbial no cortiço, honestidade sem mérito, porque vinha da indolência do seu temperamento e não do arbítrio do seu caráter (AZEVEDO, 1988 : 18)

A pena do romancista fez de Alexandre o esboço do policial ideal. Quando em serviço, não abria, nem para a própria esposa, ela própria de ilibada reputação, exceções à regra ou à função que exercia. Favores ou intimidades, nem pensar. Nem o tu lhe concedia quando fardado. A se perguntar, assim, qual o tratamento pronominal que o guarda dispensaria ao público durante o serviço. A deferência lingüística valeria tanto para fidalgos quanto para ralés?

Especulações à parte, o policial do cortiço representava, no fim das contas, o anverso marcado do fisiologista: sua autoridade de agente da lei estava estampada em sua altiva postura: “Alexandre, que estivera de serviço essa madrugada, entrou solene, atravessou o pátio, sem falar a ninguém, nem mesmo à mulher, e recolheu-se à casa, para dormir” (AZEVEDO, 1998 : 20).¹⁴

A imagem conspícua, séria e zelosa que transpira a personagem de Alexandre indica que os policiais nem sempre serviam como o prolongamento do braço dominador – seja do patrão, seja do proprietário – para reprimir, constranger ou mesmo violar os dominados. Muitas vezes a autoridade do policial era solicitada pela população que sentia no agente do Estado um garante legitimado do cumprimento de interesses particulares ou comunitários. O policial funcionava, ao mesmo tempo, como agente mediador dos meios legais e racionais e como árbitro que manejava regras informais de resolução de conflitos. Sob qualquer prisma, ele era, em determinados momentos, detentor de uma autoridade endossada pelo meio social. Sendo assim, o policial, podia ser recebido como o mediador, o árbitro legitimado para, ao menos, encaminhar o desenlace do conflito em torno de uma solução minimamente consensual. (ROSEMBERG, 2008)

Em São Paulo, não foram incomuns, por exemplo, abaixo-assinados a solicitar a presença mais constante da força policial em locais considerados perigosos, como aquele da lavra dos moradores do Bairro das Palmeiras, na capital, requisitando uma patrulha “para nos livrar de maiores incômodos a respeito das desordens que muito se tem dado”, em que assinaram 16 homens.¹⁵ Do interior também chegavam solicitações por mais segurança: uma representação dos moradores de Casa Branca clamava pelas “necessárias providências tendentes à manutenção da segurança e tranqüilidade pública de que há tempos não gozam os seus habitantes em consequência dos contínuos roubos que estão sofrendo todas as noites”. Assinaram a petição 120 pessoas, entre homens e mulheres muitas deles se declaram como “uma vítima”. Os subscritores do abaixo-assinado eram, em sua maioria, gente simples, vítimas de “furtos nessas casinhas sitas nos subúrbios da cidade e em outras, habitadas por mulheres mundanas ou pessoas fracas”, conforme assumia o comandante. Mas, ao mesmo tempo, garantia não haver “notícia que fosse roubada ou que tentassem roubar uma casa de grande negócio de um capitalista”.¹⁶

No entanto, como contraparte, nos canais mais destacados da imprensa, da crônica e da literatura, persiste a estampa mais notória com que são representados os policiais: a personificação patética da burla, do deboche e do descaso. Assim, em oposição a Aloísio

Azevedo, um retrato oposto da polícia é elaborado por Artur Azevedo numa tirada humorística publicada na revista *Gavroche*, em 1898:

*Eu sou a polícia
E, tendo notícia
De haver um banqueiro
De bichos, aqui
Logo pressurosa,
Lépida e zelosa,
Com passo ligeiro
De casa saí
Mas que infelicidade!
Eu caminho a esmo...
Não enxergo bem!
Pelas ruas ando
Sempre tropeçando
Sem prender e mesmo
Sem multar ninguém
(apud BRETAS, 2000 : 246)*

Artur Azevedo, aliás, foi pródigo em ambientar suas peças com personagens policiais, compondo a cenografia com gente do povo. Em *A filha de Maria Angu*, de 1893 (AZEVEDO, 1893), a notação para a montagem do espetáculo apontava, além dos protagonistas, “operários, jogadores, urbanos, festeiros, cocotes, soldados de polícia, pessoas do povo, etc.” Em *O Mambembe*, dá destaque ao subdelegado, que se jubila pelo primeiro flagrante de sua carreira policial, ao deter Eduardo, um ator teatral que agredira o coronel Pantaleão, da Guarda Nacional. Na cena, a autoridade policial mostra-se irredutível aos apelos para condescender com o agressor e se recusa a fazer vistas grossas ao ilícito:

*O SUBDELEGADO — Prendam aquele indivíduo!
(Os soldados prendem Eduardo. A Pantaleão, dando-lhe a mão para levantar-se.) Levante-se Vossa Senhoria.
FRAZÃO (Ao Subdelegado.) Atenda, senhor... Quem é mesmo o senhor?
SUBDELEGADO — Eu sou o subdelegado! A nada atendo!...
PANTALEÃO (Baixo, ao Subdelegado.) — Atenda, atenda, para evitar o escândalo!
SUBDELEGADO — Desculpe, coronel, já disse, nada atendo! Há dois anos que sou subdelegado e ainda não consegui prender ninguém em flagrante... E hoje foi por acaso... eu ia passando com a ronda... se passasse um pouco antes ou um pouco depois, teria perdido a ocasião. (Satisfeito.) Enfim! O meu primeiro flagrante!... Vou arrumar-lhe o 303; ofender fisicamente alguém ou lhe causar alguma dor. (A Pantaleão.) Doeu?
PANTALEÃO — Doeu.
SUBDELEGADO — Doeu? Parágrafo 2º. (Aos soldados.) Sigam com o preso para o xadrez! Vamos, coronel, Vossa Senhoria é a vítima!
PANTALEÃO (Baixo.) — Mas eu não quero ser vítima. E dona Bertolesa, se sabe...*

SUBDELEGADO — A nada atendo! Vai a corpo de delito. (A Laudelina) A senhora também vai. (AZEVEDO, 1904 : 67, 68)

No que concerne às crônicas da vida cotidiana, em São Paulo, podemos nos servir de Antonio Egydio Martins a fim de recuperarmos um personagem de ares mitológicos; um policial responsável por assombrar a população masculina no final do século XIX, principalmente às vésperas das campanhas de recrutamento para as tropas de linha, quando policiais se misturavam a delegados e aos agentes recrutadores na cata de jovens sem isenção ou malquistos pela comunidade. Trata-se de Antonio Rodrigues Veloso Pimenta, major-fiscal do Corpo Policial Permanente e irmão do conselheiro Dr. José Antonio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente e senador do Império). De acordo com o cronista, o Capitão Pimenta foi responsável por proceder ao recrutamento do contingente paulista que lutou no Paraguai, celebrizando-se “nesse tristíssimo serviço, a ponto de ficar conhecido como o terror de todo São Paulo, pois muita gente, para se livrar dele, ficou por muitos meses reclusa em casa, sem sair na rua”. (MARTINS, 2003 : 165)¹⁷

Outro policial-personagem foi merecedor de uma homenagem, já póstuma, de uma crônica de Affonso A. de Freitas. Numa cidade ainda de proporções acanhadas como a capital paulista de final do século XIX, o memorialista relembra com nostalgia um episódio passado na década de 1880, quando foi interdita a natação no rio Tamanduateí.

A proibição era concretizada em formidáveis pegas à saparia por aqueles mantenedores da ordem que, incutindo a desordem entre os banhistas, cercavam as duas margens do Tamanduateí, no trecho da rua Glicério, ao tempo do Conde d'Eu [os urbanos recebiam as chufas] (...) Nestes cercos distinguia-se principalmente certo urbano, tipo excessivamente nervoso, espantadiço, de olhar móbil e brilhante, quase desvairado (...) A todo momento, do ângulo de uma esquina, do fundo de uma rua, do entreaberto de uma porta, uma voz se elevava num grito de vaia: - Oh! Assombração! Oh! Espanta-gato! (...) pobre Assombração! Algoz e vítima da criançada insubmissa, quanto te custaria o excessivo zelo pelo cumprimento de teus deveres...

Alguns daqueles antigos sapos – “presentemente conspícuas personalidades” – moleques sapecas de outrora – reconheceram, em 1916, a figura do Assombração caminhando pelas ruas da paulicéia:

Mas a vaia foi apenas murmurada: os ecos não se acordaram e as duas personalidades calaram-se acompanhando com o olhar a mirrada figurinha do Assombração meio gibosa e meio curvada pela velhice, mas ainda nervosa

e ágil que, estranha à carinhosa contemplação de que estava sendo alvo, atravessava o largo e desaparecia na rua Floriano Peixoto.

Segundo o autor, o Assombração, *alias* de João Francisco de Paula, sargento reformado do Corpo Policial Permanente, faleceu aos 80 anos, em 10 de junho de 1917 (FREITAS, 1985 : 167, 168).

A pena do cronista é deferente com a memória do policial. Vê-se que o despeito dos *sapos* devia-se mais à impertinência infanto-juvenil do que ao ódio diante a autoridade. A própria contrição dos bagunceiros, já adultos e bem postados na vida, dá uma aura romântica não só à vida na capital do final do Império, como à função do policial, encarregado de interditar uma inocência pueril. O Espanta-gato, o Assombração, está longe de representar o imponente missionário de uma nova ordem moral ou o instrumento de dominação do capital. Seu final de vida em desalento e “*giboso*” empresta um caráter terrivelmente melancólico à profissão à qual se dedicou.

Afonso A. de Freitas também comete a indiscrição de revelar o apelido do português Manoel Antonio Lima Vieira, o Major Vieira, comandante da Companhia de Urbanos por muitos anos: Manequinho Alfaiate. Provavelmente recolhida dos rumores da rua, que digressões podemos fazer acerca daquela alcunha? O diminutivo tão ao gosto da cordialidade nacional (Cf. HOLANDA, 2006), transformando o comandante em figura íntima do público, além da indicação do *metiê* suplementar: resquício de um ofício pretérito ou caçoadá desairosa?

Durante o final do século XIX, o policial paulista, principalmente o da polícia militarizada, se batia para afastar o estigma pespegado em seus homólogos da tropa de linha, considerados verdadeiros anátemas sociais, às vezes desprezados por seus próprios pares: era sua honra pessoal que estava em jogo (MEZNAR, 1992). Terrível era a comparação com um soldado do exército, afinal, “que pessoa considerada decente ousaria andar pelas ruas ombro a ombro com uma praça?”, inquiria o editorial do jornal *Alvorada*, de Jaguarão, no final da década de 1870 (*apud* BEATTIE, 1996 : 440). Mesmo assim, o traço com o qual foram representadas as praças policiais no *Diabo Coxo* está longe de fazer a distinção dos pobres honoráveis dos pobres não-honoráveis – do policial para o soldado do exército; da praça para o vadio. Vê-se na estampa dos permanentes, “voluntários” para ir ao *front* paraguaio, a figura de sujeitos aparvalhados, mirrados, descalços, timoratos, desolados e amorenados.

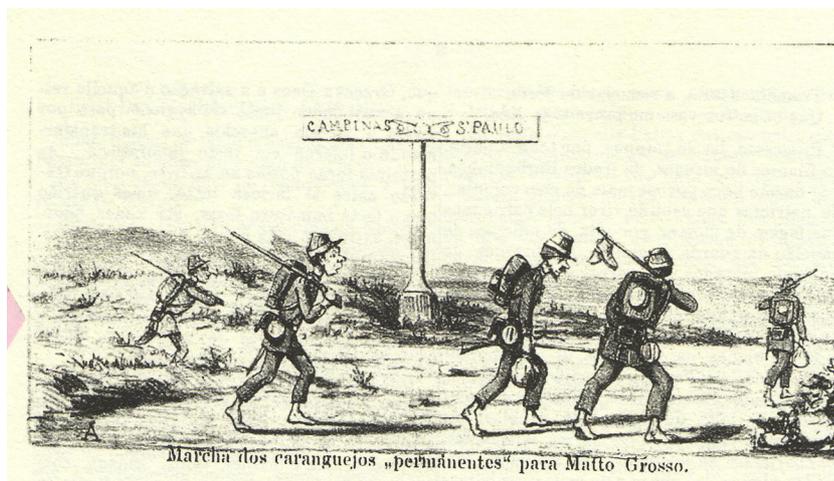


Fig 4

Semelhante visão da polícia – desta vez sobre a polícia carioca – dotada de alta carga patética e caricata é transmitida por James W. Wells, quando este visitou a cidade na década de 1870. O aspecto derrisório e estereotipado com que representa os agentes da lei pode muito bem ser aplicado aos homólogos paulistas:

A polícia do Rio é outro aspecto inusitado que desperta a curiosidade do visitante: os policiais são homens moreno-claros, pequenos, mirrados, de baixa estatura e aspecto doentio. Seu uniforme consiste de um pequeno barrete (galhardamente inclinado de um lado da cabeça), túnica e peça inferior de Holanda marrom, e de um cinto preto contendo uma espada curta. Sua principal ocupação é aparentemente ficar parado nas esquinas na mais frouxa das atitudes e fumar cigarros; são precisos dois para prender um rapazinho, quatro para dar conta de um nativo comum e uma companhia inteira para conter a bulha de um marinheiro britânico, que durante algum tempo os derruba como pinos de boliche, mas sua superioridade numérica acaba por dominar, e o pobre Jack, quase sempre um patife infeliz, leva muitas pancadas com o lado chato de suas espadas durante o caminho até o calabouço (WELLS, 1985, apud BRETAS, 2000 : 247).

Muito discrepante é a figura do policial representada em *Escola do Soldado*, espécie de manual organizado por Paul Balagny, chefe da Missão Francesa, publicado pela primeira vez em 1907 (BALAGNY, 1912). Nesse manual ilustrado, que serviu de instrução para a tropa, o oficial francês descreve várias técnicas de instrução para as praças de infantaria da então Força Pública do Estado de São Paulo – são exercícios físicos, de luta, de tiro, de marcha etc. As fotos ilustrativas mostram um policial altivo, impávido, bem fardado, torso inflado, bem nutrido, branco e portando um hirsuto bigode, a reforçar a virilidade militar e a masculinidade inerente a seu papel social.¹⁸ Esses traços visíveis e ratificantes da autoridade pessoal, da altivez do soldado da Força Pública, do “pequeno exército paulista”, expressão de

um discurso minuciosamente construído, estão ausentes dos desenhos do pasquim. Lá, mesmo a farda e o armamento parecem mambembes e inofensivos.

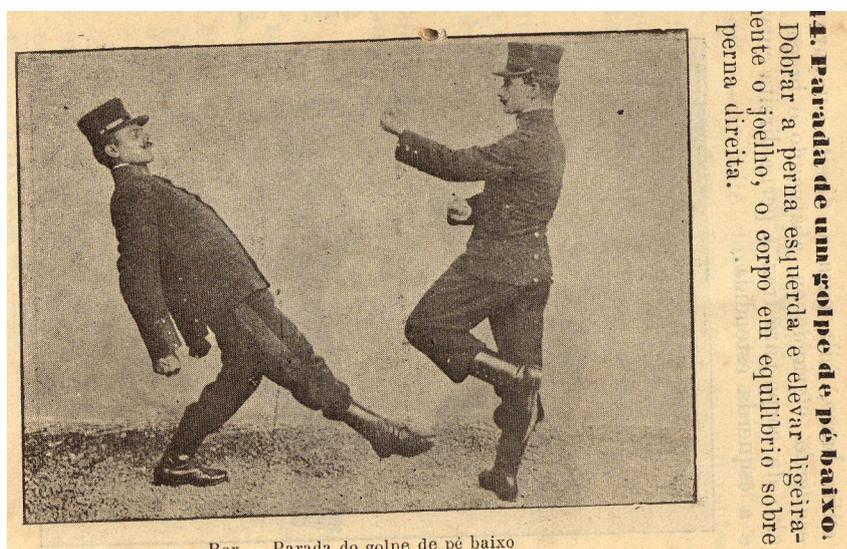


Fig 5

Sem a intenção de ser exaustivo no que concerne a análise das fontes, este artigo aponta algumas possibilidades de pesquisa em relação à representação do policial, campo ainda subaproveitado pela historiografia do gênero, mas que comporta um riquíssimo potencial de abordagens. Ampliar o espectro prismático dos olhares sobre a polícia, o policial e sua interação com o público, torna-se um passo essencial para entender as dinâmicas que regem as relações, um tanto quanto sibilinas, do poder público com a população, sem que se restrinjam tais análises ao binômio simplificador da repressão-resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo : FTD, 1992.

ANDRADE, Euclides Andrade & CÂMARA, Hely F. *A Força Pública de São Paulo. Esboço histórico (1831-1931)*. São Paulo : Sociedade Impressora Paulista, 1931.

AZEVEDO, Aloísio. *O cortiço*. São Paulo : Editora Moderna, 1988.

AZEVEDO, Artur. *O mambembe*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 1904.

_____. *A filha de Maria Angu*. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 1893.

BALAGNY, Paul. *Escola do soldado – Força Pública São Paulo*. São Paulo : Typ. Casa Garraux, 1912, 4ª Ed.

BEATTIE, Peter. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil 1864-1945*. Durham : Duke University Press, 2001.

BÉRLIÈRE, Jean-Marc. “Archives de police: du fantasme au mirage”, in: PETIT, J.G., CHAUVAUD, F. (dir.). *L’histoire contemporaine et les usages des archives judiciaires 1800-1939*. Paris : H. Champion, Collection *Archives et Histoire*, 1998.

BITTNER, Egon. “Florence Nightingale procurando Willie Sutton: uma teoria da polícia”, in: BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003.

_____. “As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia”, in: BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo : Edusp, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. “A polícia das culturas”, in: Antonio Herculano Lopes. (Org.). *Entre Europa e África. A invenção do carioca*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. *Ordem na cidade - o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907- 1930*. Rio de Janeiro : Rocco, 1997.

_____. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Editora do Arquivo Nacional, 1995.

BRODEUR, Jean-Paul. *Les visages de la Police – pratiques et perceptions*. Montreal : PUM, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Introdução: uma opinião sobre as representações sociais”, in: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo : Papirus, 2000.

CARVALHO, Glauco Silva de. *Forças Públicas: instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O pequeno exército paulista*. São Paulo : Perspectiva, 1977.

DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984.

DIEU, François. “Le discours du gendarme sur la gendarmerie”, in: *Cahiers de Sécurité Interieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993.

FALCON, Francisco J. Calazans. “História e Representação”, in: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. São Paulo : Papyrus, 2000.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo : Editora Alfa-ômega, 1974.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo : EDUSP, 2005.

FREITAS. Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo horizonte : Itatiaia, 1985.

GROS, Étienne. “La gendarmerie à la une – le regard de la presse à l’occasion de l’affaire Corse”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2006.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

HOUTE, Arnaud-Dominique. *Le métier du gendarme national au XIXe siècle – pratiques professionnelles, esprit de corps et insertion sociale de la Monarchie de Juillet à la Grande Guerre*. Tese de Doutorado. Paris : Université Paris IV – Sorbonne, 2006.

LIGNEREUX, Aurélien. “Du mythe de Pandore au Pandore mythique: la gendarmerie du XIXe siècle à l’ombre de Nadau”, in: *Revue de la Gendarmerie Nationale*, n. 10, 2004.

_____. “Rosser le gendarme dans les spectacles de marionnettes au XIX^e siècle : une école de rébellion?”, in: *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira: 1889-1937*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

LUC, Jean-Noël. “Du bon usage de l’histoire des représentations des gendarmes”, in: *Sociétés & représentations*, n. 16, 2003.

MAUCH, Claudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul : Edunisc/Anpuhrs, 2004.

MEZNAR, Joan E. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875”, in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, n. 3, agosto, 1992.

MOSSE, George L. *The image of man. The creation of modern masculinity*. Osford/Nova York : Oxford Press University, 1996.

MUIR, Willian Ker Jr. *Police: street corner politicians*. Chicago : University of Chicago Press, 1977.

NADAUD, Gustave. “Les deux gendarmes”, 1852, in: *Les gendarmes em ballades*. CD. Paris : Fortin Productions, 2003.

PENA, Martins. *Comédias*. Edição crítica de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro : Ediouro, 1973.

ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutoramento. São Paulo : FFLCH/USP, 2008.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Paladinos da ordem – polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. São Paulo : USP, 2004.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Poder de polícia, Polícia Civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)*. Tese de Doutorado : USP. São Paulo, 1998.

WADDINGTON, P. A. J. *Policing citizens*. Londres : UCL Press, 1999.

WEBER, Eugen. “Pandore ou mécaniques”, in : *Cahiers de Sécurité Intérieure*, n. 11, novembro de 1992 – janeiro de 1993.

ZOLA, Émile. *La fortune de Rougon*. Paris : Fasquelle, 1960.

¹ Mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. O texto foi produzido com o auxílio da FAPESP. Email de contato: andrerosemberg@usp.br

² A complexidade conceitual dos significados e dos usos da *representação* nas diversas áreas do conhecimento nos impele a utilizar o termo como instrumento operatório. Para uma discussão acerca do seu emprego, ver CARDOSO, 2000 e FALCON, 2000.

³ Uma crítica dessa abordagem está em BRETAS, 1997 e ROSEMBERG, 2008.

⁴ Exemplo disso é o volume especial da revista *Sociétés et représentations* sobre o *gendarme*. *Sociétés et représentations*, n. 16, 2003, ‘Figures de gendarme’.

⁵ O termo *pandore*, muito popular no século XIX, entrou em desuso e quase não é mais utilizado pela mídia francesa (Cf. GROS, 2003 : 185).

⁶ A seguir, uma descrição historiográfica do Major Vidigal: “Os membros da Guarda Real tornaram-se os famigerados agentes implacáveis de Paulo Fernando Viana. O mais conhecido dentre eles, celebrado ou

vilipendiado por contemporâneos e historiadores, dependendo da ótica em que se considerassem suas ações, foi Miguel Nunes Vidigal (...). Em 1809, tinha a patente de major e serviu primeiro como ajudante e depois como segundo-comandante da nova força policial. Vidigal tornou-se o terror dos vadios e ociosos, que podiam encontrá-lo ao virar uma esquina à noite ou vê-lo aparecer de repente nos batuques que aconteciam com frequência nos arredores da cidade (...) Em vez do sabre militar comum, o equipamento normal de Vidigal e seus granadeiros era um chicote de haste longa e pesada, com tiras de couro cru em uma das extremidades, o qual podia ser usado como cacete ou chibata” (HOLLOWAY, 1997 : 48, 49)

⁷ *Ofício do presidente da província ao chefe de polícia, em 22/02/1879.* Arquivo Público do Estado de São Paulo (doravante AESP), co2593.

⁸ Em São Paulo, as fontes policiais, além de conter documentos produzidos pelos órgãos policiais (delegacias, subdelegacias, chefia de polícia, comando da Força Pública), costumam guardar correspondência proveniente do Governo, da Magistratura em suas múltiplas divisões, do Ministério Público, das câmaras municipais, das juntas de higiene e saúde, das Santas Casas, das administrações de hospícios e das colônias de imigração, de consulados, de vigários, da Secretaria de Obras Públicas, da secretaria militar, do Ministério da Justiça, e também cartas e bilhetes de um sem-número de particulares, das mais variadas origens sociais e munidos dos interesses e expectativas mais difusos em relação à atuação policial, além de recortes de jornais provenientes de todo o estado. Assim, se por um lado, a documentação policial oferece um potencial muito abrangente para análise, por outro, demanda cautela e atenção redobradas, a fim de se evitarem armadilhas metodológicas, como a tentação de se exagerar a amplitude da plausibilidade e verossimilhança, tomando a versão por verdade. Um historiador francês, pioneiro em trabalhos sobre a polícia, assim descreve os arquivos policiais: “Compostos pêle-mêle de recortes de jornal, intrigas de vizinhança, de calúnias, de confabulações tendenciosas, de indiscrições vulgares, de segredos reais ou inventados, mas também de detalhes autênticos... os arquivos de polícia constituem-se, no senso próprio, ‘nas lixeiras da história’ e se se concede de bom grado que eles excitam a curiosidade legítima de historiadores (...), compreender-se-á que sua utilização em toda a pesquisa científica necessita de infinitas precauções metodológicas e muita prudência sobre o plano da deontologia”. (BÉRLIÈRE, 1998 : 299)

⁹ Alguns estudos historiográficos – em locais e períodos diferentes – exploram os arquivos policiais sob uma perspectiva sociocultural. Além dos trabalhos de BRETAS, 1995 e 1997, podemos citar SANTOS, 2004; MAUCH, 2002; SOUZA, 1998, entre outros.

¹⁰ *Carta de Jacque Ressente ao chefe de polícia, em 17/04/1882.* AESP, co2620.

¹¹ *Carta de Maria Antonio Dias Coelho ao chefe de polícia, em 04/02/1884.* AESP, co2640.

¹² As duas figuras abaixo foram extraídas de BRETAS, 1997.

¹³ Originalmente, a peça se chamava *O ciúme de um pedestre*, mas ela foi proibida pela censura, o que levou o autor a fazer algumas retificações, dentre as quais, o título, mudado para *O capitão do mato*. O adjetivo “terrível” consta dos anúncios da peça, mas não estava no requerimento enviado para o Conservatório Dramático Brasileiro, p. 13. Agradeço a Marcos Luiz Bretas a indicação dessa referência.

¹⁴ Em todo o livro, nas poucas vezes em que o narrador se refere a Alexandre, o adjetivo que o acompanha é sempre a circunspeção e suas sinônimas.

¹⁵ *Ofício do subdelegado da Consolação para o chefe de polícia, em 18/08/1879.* AESP, co2588.

¹⁶ *Abaixo-assinado encartado em ofício do comandante do destacamento de Casa Branca ao chefe de polícia, em 26/07/1880.* AESP, co2597.

¹⁷ O Capitão Pimenta faleceu em 9 de maio de 1887, aos 72 anos. Há alguns registros sobre ele na documentação da polícia paulista. Em 1881, ele era delegado-militar e comandante do destacamento de Jaú, investido na função para arrefecer ódios políticos locais.

¹⁸ Não nos esqueçamos que algumas páginas atrás, Alexandre, o policial de *O cortiço* era ornado “de grande bigode preto”. Aloísio Azevedo. *O cortiço, op. cit.*, p. 18. O bigode se tornou, no século XIX, um dos emblemas mais patentes do soldado. A *gendarmérie* francesa regulou por lei o uso do bigode e do bibop (*mouches*). Em algumas oportunidades, seu uso foi proibido, em outras, tornou-se facultativo, e, em 1914, restabelecido novamente (Cf. LUC, 2003 : 11, nota 29). Arnaud-Dominique Houte lembra que a proibição do porte de bigode pelos *gendarmes* em 1832 aguçou as suspeitas da população, preocupada com a facilidade com que “um rosto glabro” se misturaria à massa (Cf. HOUTE, 2006 : 130). De acordo com George L. Mosse, o bigode, componente visual fundamental da virilidade, é um traço moral que se traduz, antes de tudo, fisicamente e visivelmente no corpo (Cf. MOSSE, 1996). O uso de bigode e barba também podia servir como instrumentos de diferenciação hierárquica. No exército brasileiro, por exemplo, os soldados rasos eram proibidos de usar costeletas, marca privativa de um oficial. Sargentos costumavam imitar os oficiais ao cultivarem bibops, enquanto as praças se caracterizavam ora pelo bigode, ora pelo rosto imberbe (Cf. BEATTIE, 2001 : 159).

*Artigo recebido em dezembro de 2008. Aprovado em março de 2009.